

História da educação de surdos no Brasil

A história da educação de surdos no Brasil teve início em 1855, quando o imperador Dom Pedro II trouxe ao país o professor francês surdo Hernet Huet, com o objetivo de iniciar um trabalho com surdos, especificamente duas crianças, que foram beneficiadas com bolsas de estudos pagas pelo governo. O trabalho proposto por Huet baseava-se no método francês, portanto, com a utilização da língua de sinais e a escrita. A estimulação da fala e leitura labial era secundária e estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões de desenvolver a linguagem oral. Nesse período houve o primeiro contato dos surdos brasileiros com a língua de sinais francesa, trazida por Huet, possibilitando, assim, a compreensão de sua forte influência na Língua Brasileira de Sinais.

No dia 26 de setembro de 1857, foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro. Paralelamente à sua fundação, foi aprovada a Lei 939, que designava a verba para auxílio orçamentário ao novo estabelecimento e pensão anual para cada um dos dez alunos que o governo imperial admitiu no Instituto.

Em 1862, Huet deixou a direção do Instituto, e quem assumiu seu cargo foi Dr. Manuel de Magalhães, que, por não ser especialista na área, acabou por comprometer todo o atendimento aos surdos. Isso resultou em uma inspeção do governo, que passou a considerar o local um asilo para surdos.

Mais tarde, por volta de 1911, sob influência da Europa e seguindo a tendência determinada pelo Congresso de Milão, o Instituto passou a assumir o oralismo como método de educação de surdos, restabelecendo os trabalhos com a articulação da fala e leitura labial.

Na mesma época começaram a surgir outras escolas para surdos no Brasil, como o Instituto Santa Terezinha para Meninas em São Paulo, a Escola Concórdia em Porto Alegre (RS), a escola de Surdos de Vitória (ES) e o Centro de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni em Brasília (DF). Todas movidas pela mesma filosofia, elas adotavam o método oralista na educação de seus alunos.

Em 1956 o Instituto passou a ser chamado de Instituto Nacional de Surdos-Mudos e ainda permitia que a língua de sinais fosse usada nas salas de aula entre os alunos, nos corredores e nos espaços sociais, até que, em 1957, a então diretora Ana Rímola de Faria Dória proibiu oficialmente sua utilização no ambiente escolar. Nesse mesmo ano o Instituto passou a ser denominado (INES) Instituto Nacional de Educação de Surdos, nome que permanece até hoje.

A chegada de novos métodos

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total, ou seja, a que defende que todos os recursos são importantes e indispensáveis para promover a comunicação: fala, leitura labial, escrita, língua de sinais e alfabeto manual. É também conhecida como *bimodalismo* ou *português sinalizado*.

Em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (Feneida) (RJ), sendo que toda a sua diretoria era composta por ouvintes.

A partir da década de 1980, com as pesquisas realizadas pela linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e as contribuições de outros estudiosos da área, iniciaram-se no Brasil as primeiras propostas da filosofia do bilinguismo. Essa filosofia tem por base o ensino de duas línguas no contexto escolar, sendo a primeira língua a de sinais e a segunda língua o idioma oficial do país, no caso, o português.

Em 1982 aconteceu a elaboração do projeto subsidiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) denominado de Levantamento Linguístico da Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros e sua aplicação na educação. Esse projeto possibilitou que vários estudos na área da surdez fossem realizados de forma sistematizada e científica, resultando na divulgação dos dados e na popularização dos interesses sobre a educação de surdos.

Em 1983 foi composta a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, que possibilitou o acesso aos surdos para a participação nas decisões educacionais e políticas da área.

No ano de 1987, com as conquistas adquiridas pela comissão, uma nova diretoria para a Feneida, composta por surdos, reestruturou o estatuto da instituição e assumiu com credibilidade a luta pelo povo surdo, passando a ser chamada de Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) (RJ).

A inclusão

Assim, a comunidade surda veio conquistando seu espaço na sociedade. Hoje podemos observar que os governos têm se preocupado com a inclusão. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 30):

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de sinais como meio de comunicação entre surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de sinais. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais em escolas regulares.

No texto da Constituição Brasileira, em seu artigo 208, fica também garantido “o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, procurando trazer a garantia de “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Segundo o texto constitucional, na concepção da lei, a “Educação Especial” é definida no artigo 58, como “[...] a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Nesse caso, porém, temos um detalhamento de como esse processo, em teoria, deveria ocorrer.

Segundo o texto legal:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Mesmo com o amparo das leis, ainda é preciso lutar, participar das políticas comunitárias dentro das escolas, das clínicas, dos órgãos públicos e buscar mudanças nas políticas educacionais. Os governos têm utilizado a política da in-

clusão social e educacional da pessoa com deficiência, ou seja, para torná-las participantes da vida educacional, social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, pelo Estado e pelo Poder Público. A inclusão prevê uma reestruturação do sistema educacional, havendo mudanças estruturais, com o objetivo de oferecer um espaço democrático e competente, onde se possa trabalhar com todos os educandos, sem distinções, baseando-se no princípio de que o respeito à diversidade deve ser desejado. A educação deve estar voltada para a prática da cidadania, de forma dinâmica, valorizando e respeitando as diversidades dos alunos, estimulando os mesmos a construir seu processo de conhecer, aprender, reconhecer e construir sua própria cultura.

Ressalta-se que a inclusão não é tão somente matricular todos os alunos portadores de deficiência em escolas comuns e ignorar suas peculiaridades, mas oferecer ao professor e à escola suporte necessário à sua ação pedagógica. O processo de inclusão é desafiador, tanto para educandos como para profissionais. Os obstáculos para a inclusão são diversos, porém podem ser superados pela formação de consciência da humanidade acerca das possibilidades humanas.

Cronologia dos últimos anos

1981 – São iniciadas as primeiras pesquisas sobre Língua Brasileira de Sinais, pela Dr.^a em Linguística Lucinda Ferreira Brito.

1986 – O Centro Suvag em Pernambuco opta pela metodologia do bilinguismo, sendo o primeiro local brasileiro a seguir as orientações dessa prática.

1991 – A Libras é oficializada no estado de Minas Gerais (Lei 10.397, de 10 de janeiro de 1991).

1994 – A TV Educativa começa a exibir o programa *Vejo Vozes*, que usava a Libras em sua apresentação. O programa ficou no ar de outubro de 1994 até fevereiro de 1995.

1995 – Criação do Comitê Pró-Oficialização da Libras, por surdos no Rio de Janeiro.

1996 – Dr.^a Eulália Fernandes inicia uma parceria do Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos) com a Universidade do Rio de Janeiro, para pesquisas sobre o bilinguismo e sua implantação nas escolas.

1998 – A Telerj, do Rio de Janeiro, inaugura a Central de Atendimento ao Surdo, pelo número 1402, em que os surdos, com seu TS (telefone de uso público para surdos) ou TDD (Telecommunications Device for the Deaf), podem se comunicar com os ouvintes em telefone convencional.

1998 – Lei 12.095, de 11 de março de 1998, reconhece oficialmente pelo estado do Paraná a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

1999 – Telecurso 2000 começa a ser legendado e permite o acesso aos surdos em várias telessalas no Brasil.

2000 – A tecnologia *closed caption* ou legenda oculta é disponibilizada no *Jornal Nacional*.

2002 – Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece nacionalmente a Libras.

2003 – A *closed caption* é ampliada para programas como *Fantástico*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal da Globo* e *Programa do Jô*.

2004 – Anatel lança para todas as operadoras de telefonia móvel brasileiras a versão 1.0 do Projeto Rybena, que é um sistema baseado em *software* livre, escrito em Java, com a participação voluntária da comunidade, com o objetivo de permitir que um cego e um surdo possam se comunicar através de um telefone celular.

2005 – Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, inclui Libras como disciplina curricular.

2009 – Parecer 13/Resolução 4, do Conselho Nacional de Educação, dá as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade de Educação Especial.

Texto complementar

O Dia do Surdo

(STROBEL, 2009)¹

No dia 26 de setembro, a Comunidade Surda Brasileira comemora o Dia Nacional do Surdo, data em que são relembradas as lutas históricas por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania. A Federação Mundial dos Surdos já celebra o Dia do Surdo internacionalmen-

¹ A prof.^a Dr.^a Karin Strobel é diretora e presidente da Feneis.

te a cada 30 de setembro. No Brasil, o dia 26 de setembro é celebrado devido ao fato de essa data lembrar a inauguração da primeira escola para surdos no país, em 1857, com o nome de Instituto Nacional de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Muitos que não conhecem a história dos surdos no Brasil talvez se perguntem: por que comemorar o Dia do Surdo? Na verdade, temos muito que comemorar, afinal hoje as condições de vida das pessoas surdas é muito melhor do que antes.

Podemos citar algumas coisas que melhoraram na vida dos surdos:

- Nossa língua, a Libras, foi oficializada; com isso acontecem grandes mudanças em nosso acesso à informação. Em especial na educação, podemos hoje contar com profissionais habilitados a se comunicarem ou a ensinarem aos surdos em sua própria língua, garantindo, assim, uma educação de qualidade.
- Em muitos locais públicos já encontramos profissionais que conhecem a Libras e às vezes ficamos até assustados quando somos atendidos por um ouvinte que sabe um pouco Libras em um hospital, em um hotel, num restaurante ou em outros locais. Hoje vemos a Libras estampada na TV.
- Temos disponível na TV o *closed caption* em novelas, telejornais, programas de televisão e filmes. Um recurso que tempos atrás não tínhamos. Muitos surdos não tinham muito interesse em televisão. Hoje podemos ter a mesma satisfação de um ouvinte, entender o que se passa na TV.
- Conseguimos usar torpedos para nos comunicar com outros surdos, isso nos trouxe liberdade de comunicação também.
- Temos a internet, que hoje facilita nosso contato, permitindo o ensino a distância, e muitos surdos podem estudar até via internet.
- Hoje muitos surdos estão completando o nível superior ou faculdade. E podem mostrar a toda a sociedade sua capacidade para o trabalho, para educar, enfim, os surdos hoje são professores de crianças e jovens surdos. Empenham-se na educação e formação de outros surdos adultos. Antes não tínhamos professores surdos. Mas esse número de surdos qualificados precisa aumentar, e nossa condição de vida poderá ser ainda mais igualitária.

Todas as conquistas e avanços obtidos só reforçam a importância da existência do Dia do Surdo, para comemorarmos o que já conseguimos e, principalmente, para lembrarmos que ainda temos muito que lutar frente às nossas necessidades.

Dica de estudo

Ler o livro *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*, de Oliver Sacks. O autor é um médico formado na Universidade de Oxford, na Inglaterra, que baseia seus livros na experiência adquirida com seus pacientes. Entre tantas lições que nos conta no decorrer da obra, a citação a seguir é uma pequena amostra de sua infinita sensibilidade.

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes [...]. Eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (linguísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual, a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada. (SACKS, 1989, p. 15)

Atividades

1. Apresente de forma sintetizada as principais contribuições de Huet para a educação de surdos no Brasil.

2. Cite algumas consequências da influência do Congresso de Milão nas instituições educacionais para surdos no Brasil.

3. A partir da chegada ao Brasil de novos métodos, foram registrados vários avanços na educação de surdos. Cite alguns desses avanços.

Gabarito

1. Seu trabalho baseava-se no método francês, com a utilização da língua de sinais e a escrita. A estimulação da fala e leitura labial era secundária e estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões de desenvolver a linguagem oral. Possibilitou o primeiro contato dos surdos brasileiros com a língua de sinais francesa.
2. As instituições passaram a assumir o oralismo como método de educação de surdos, restabelecendo os trabalhos com a articulação da fala e leitura labial; proibição oficial da utilização da língua de sinais no ambiente escolar; todas as escolas adotavam o mesmo método de ensino, deixando os surdos sem opção na escolha de métodos e técnicas de aprendizagem.

3. O surgimento de vários estudos na área da surdez de forma sistematizada e científica, resultando na divulgação dos dados e na popularização dos interesses sobre a educação de surdos; a possibilidade de opção de métodos pelas escolas, sem ter que utilizar exclusivamente um método, podendo adequar-se às necessidade dos alunos; a formação da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, que permitiu o acesso às decisões relativas tanto à educação quanto à política.

Referências

CABRAL, Eduardo. **Para uma Cronologia da Educação dos Surdos**. Porto: NEPES/IFSC, 2001.

HISTÓRIA dos surdos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_surdos>. Acesso em: 3 ago. 2010.

LANE, H. A. **A Máscara da Benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de Ensino na Educação da Pessoa com Surdez**. Marília: Unesp, 2007.

REVISTA da Feneis. ano 1, n. 1. Rio de Janeiro, jan./mar. 1999.

REVISTA da Feneis. ano 1, n. 2. Rio de Janeiro, abr./jun. 1999.

REVISTA da Feneis. ano 2, n. 6. Rio de Janeiro, abr./jun. 2000.

REVISTA da Feneis. ano 2, n. 8. Rio de Janeiro, out./dez. 2000.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de Surdos**: a caminho do bilinguismo. Niterói: UFF, 1999.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima *et al.* **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos**: caminhos para a prática pedagógica. v. 2, MEC: Brasília, 2004.

STROBEL, Karin. O Dia do Surdo. **Revista da Feneis**, Rio de Janeiro, 2009.

